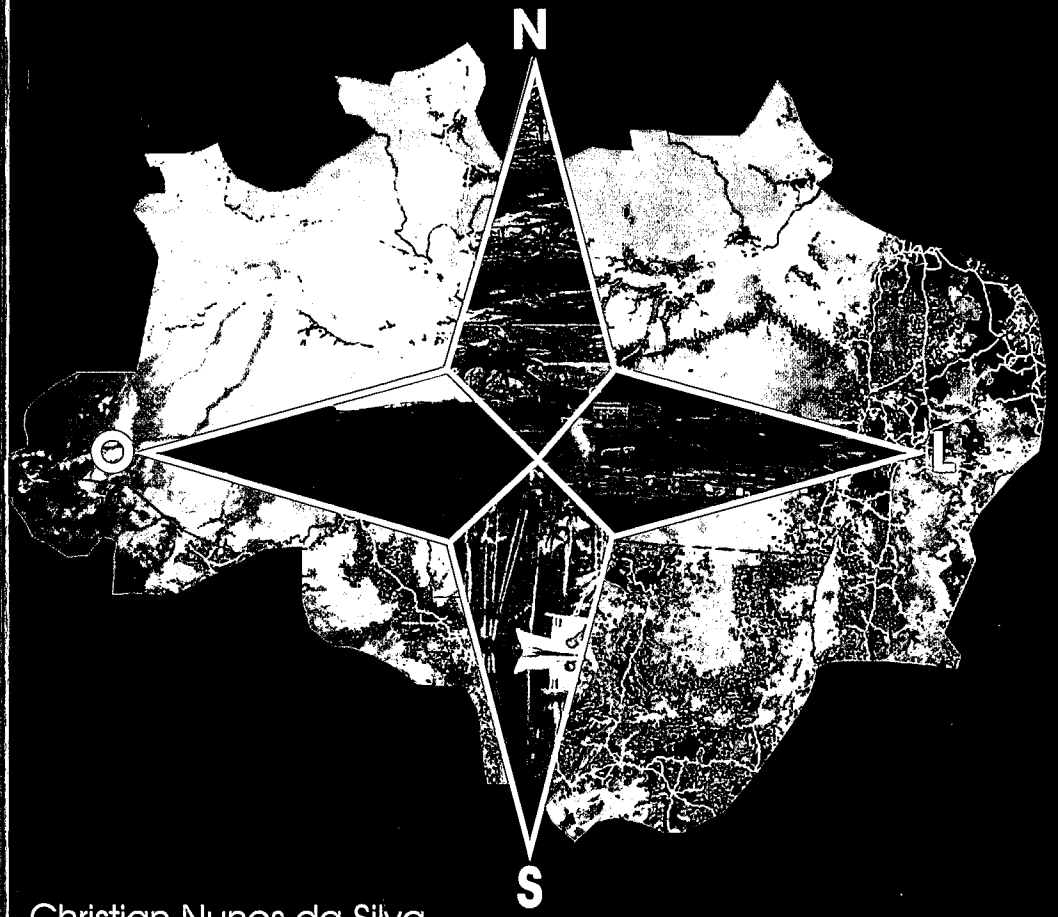
PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TERRITORIALIDADE NA AMAZÔNIA PARAENSE:
elementos para a análise geográfica



Christian Nunes da Silva
João Marcio Palheta da Silva
Gilberto de Miranda Rocha
Carlos Alexandre Leão Bordalo
Organizadores

GAPTA/UFPA
2016

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TERRITORIALIDADES NA AMAZÔNIA PARAENSE:

ELEMENTOS PARA A ANÁLISE GEOGRÁFICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GRUPO ACADÊMICO PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA

Reitor: Prof. Carlos Edilson de Almeida Maneschy
Vice-Reitor: Prof. Horacio Schneider
Diretor Geral do IFCH: Nelson José de Souza Junior
Editor de Publicações do GAPTA: Christian Nunes da Silva
Revisão: Novinsky Guinsburgl Revisões
Capa: Gláucia Rodrigues Nascimento Medeiros
Editoração eletrônica: Ione Sena

Comissão Editorial GAPTA
Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva
Prof. Dr. Clay Anderson Chagas Nunes

Conselho Editorial GAPTA
Prof. Dr. João dos Santos Carvalho
Prof. Dr. Carlos Alexandre Bordalo
Prof. Dr. João Santos Nahum

Conselho Consultivo GAPTA
Prof. Dr. Gilberto Rocha – UFPA
Prof. Dr. Eduardo Shiavone Cardoso – UFSM
Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa – USP
Prof. Dr. Rui Moreira – UFF
Prof. Dr. David Gibbs McGrath – UFOPA
Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso – UFGD
Prof. Dr. Eliseu Saverio Sposito – UNESP
Profa. Dra. Maria Célia Nunes Coelho – UFRJ
Profa. Dra. Oriana Trindade de Almeida – UFPA
Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima – UNIFAP
Prof. Dr. Otavio José Lemos Costa – UECE
Prof. Dr. Antônio Carlos Freire Sampaio – UFU
Prof. Dr. Raúl Vincéns – UFF
Profª. Drª. Cynthia Simmons – University of Florida
Profª. Drª. Judite Nascimento – Univ. Cabo Verde/UniCV
Prof. Dr. Flávio Rodrigues do Nascimento – UFF

Christian Nunes da Silva
João Marcio Palheta da Silva
Gilberto de Miranda Rocha
Carlos Alexandre Leão Bordalo
Organizadores

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TERRITORIALIDADES NA AMAZÔNIA PARAENSE:
ELEMENTOS PARA A ANÁLISE GEOGRÁFICA

1ª Edição

GAPTA/UFPA
Belém – 2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UFPA, Belém-PA

Produção do espaço e territorialidades na Amazônia paraense : elementos para análise geográfica / Christian Nunes da Silva ... [et al.] organizadores. – 1. ed. – Belém : GAPTA/UFPA, 2016.
456 p.

Varios autores
ISBN 978-85-63117-15-1

1. Geografia – Amazônia. 2. Planejamento urbano. 3. Geografia humana. 4. Territorialidade humana – Amazônia. I. Silva, Christian Nunes da, [et al.]

CDD 23. ed. 918.11

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998

Todos os conceitos, declarações e opiniões emitidos nos manuscritos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

Todos os direitos reservados

Ed. GAPTA/UFPA

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Apresentação 9

Prefácio 15

PARTE I
CONFLITOS E DINÂMICAS TERRITORIAIS

OS CONFLITOS TERRITORIAIS DA PESCA NA REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE OIAPOQUE (BRASIL) E GUIANA FRANCESA 19
Ricardo Ângelo Pereira de Lima & Maísa Frazão

AÇÃO POLÍTICA E TERRITÓRIO NO BAIXO TOCANTINS: EFEITOS ADVINDOS DA CONSTRUÇÃO DE DOIS PROJETOS DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS (PGC) 45
Márcio Júnior Benassuly Barros

O USO DE REDES NA ANÁLISE DE CONFLITO SOCIO-AMBIENTAL: ENTRE A MINERAÇÃO E O MODO DE VIDA AMAZÔNICO 61
Otavio do Canto; André Farias; Rodolpho Bastos; Júlio Menezes & Marcelo Silva

GEOTECNOLOGIAS NO COMBATE A CRIMES DE HOMICÍDIOS NO PERÍMETRO URBANO DE MARABÁ (PA) A PARTIR DAS OCORRÊNCIAS NOS ANOS DE 2011 E 2012 79
Abraão Levi dos Santos Mascarenhas; Fabrício Anibal Corradini; João Batista Pãosinho Sampaio; Diana Oneide Montelo de Oliveira & Maria Rita Vidal

A REGIONALIZAÇÃO DA FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ-FAEPA: ESTRATÉGIAS DE USO E DOMÍNIO DO TERRITÓRIO

Aluísio Fernandes da Silva Júnior
Gutemberg Armando Diniz Guerra
Luís Daniel Hoscman

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta a regionalização da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará-FAEPA, como estratégia de uso e domínio do território. A formação de Núcleos Regionais possibilitou um acréscimo significativo de sindicatos de produtores rurais a partir de 1989, sob a presidência de Carlos Fernandes Xavier. A proposta de regionalização tem como objetivo aglutinar lideranças do setor produtivo através de um plano de política agrícola, utilizado como estratégia deste setor para discutir os gargalos referentes à produção e encaminhar ao Estado suas reivindicações, além de reduzir os custos operacionais e estimular a participação dos sindicalizados nesta federação, através dos encontros sindicais. Foi construído com base em dados coletados nos arquivos da FAEPA, digitalizados e analisados para se chegar à compreensão sobre o poder, a territorialidade e os conflitos desta categoria social no Estado do Pará. As palavras chaves deste capítulo são representadas pela Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará-FAEPA, regionalização, território, territorialidade, núcleos sindicais e sindicatos.

A REGIONALIZAÇÃO DA FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

O estudo sobre a regionalização da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará-FAEPA está relacionado com as estratégias de uso e domínio do território estabelecido por esta federação, visando ampliar e consolidar seu raio de atuação no Estado. Neste sentido, faz-se necessária a construção de uma breve abordagem teórica sobre as categorias político-sociais presentes nesse território, da territorialidade, do poder e da conflitualidade. Elementos importantes para compreensão da dinâmica territorial e a consolidação desta entidade patronal no Estado do Pará.

Devido à polissemia de autores que debateram ou debatem (dos clássicos aos contemporâneos) as categorias mencionadas, propõe-se, neste capítulo um recorte temporal utilizando um número menor de autores para dialogar em interface com o tema em questão.

Para Costa (2004), a discussão de território é enfocada numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. Neste sentido, ao discutir o conceito de território e territorialidade que é central para a geografia, aponta diferentes concepções empregadas por diversas áreas do conhecimento. A respeito da polissemia deste conceito, por envolver a espacialidade humana, o autor tem a preocupação de sintetizar noções de território através de três vertentes básicas:

> Política (referida às relações espaço e poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através da qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico cultural: prioriza a dimensão simbólica e

> mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão "territorial" do trabalho, por exemplo (COSTA, 2004, p. 4).

As dimensões política, cultural, econômica e "natural", esta última não presente na citação, porém mais antiga e pouca veiculada nas Ciências Sociais, embora importante para distinguir os diferentes usos do conceito de território, não são suficientes para se analisar os fundamentos filosóficos que essas dimensões proporcionam. Sendo assim, segue-se a recomendação de Costa (2004) em discutir um conjunto de perspectivas teóricas, em que a conceituação de território é abordada através do:

> Binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: 1. a visão que denominamos "parcial" de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a "natural", a econômica, a política ou a cultural); 2. a perspectiva "integradora" de território, na resposta a problemáticas que, "condensadas" através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.
> Binômio espaço-tempo, em dois sentidos: 1. seu caracter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como "coisa" ou objeto) e social-histórica (como relação); 2. sua historicidade e geograficidade, isto é, se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado (s) período (s), grupo (s) social (is) e/ou espaço (s) geográfico (s) (COSTA, 2004, p. 41).

A concepção de território apresentada por Bernardo Mançano Fernandes (2009, p. 35-66), defende a ideia de que a significação e a definição do território é uma relação de poder que deve ser debatida constantemente. Assim, com o estudo do território na atualidade este poder é muito utilizado

pelas instituições e por estudiosos para desenvolver projetos de investigação e desenvolvimento territorial rural que envolve milhões de pessoas em seus lugares. O ponto de partida para uma reflexão sobre o território volta-se para o estudo do espaço, que Lefebvre (1984) definiu como a materialização da existência humana. De acordo com Milton Santos (1996) contempla a natureza e a sociedade e pode ser definido como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, que o formam de modo inseparável, solidário e contraditório. Neste sentido, Fernandes (2009) mencionando Santos (1996), afirma:

> Por sistemas de objetos se comprenden los elementos naturales y los objetos sociales, o los objetos producidos por mediación de las relaciones sociales, que modifican y transforman la naturaleza, lo que explica su indivisibilidad. La indivisibilidad es una palabra clave porque une los sistemas de objetos con los sistemas de acciones de modo contradictorio y solidário, lo que se expresa por los conflictos generados por las diferentes intencionalidades. Al analizar los espacios no podemos separar los sistemas, los objetos y las acciones que se complementan con el movimiento de la vida, en el cual las relaciones sociales producen los espacios y los espacios, a su vez, las relaciones sociales. Desde esta perspectiva, el punto de partida contiene el de llegada, y viceversa, porque el espacio y las relaciones sociales están en pleno movimiento en el tiempo, construyendo la historia. Este movimiento continuo es un proceso de produccion de espacio y de territórios.

Para Fernandes (2009), o conceito de território está associado a uma construção política, ou seja, a um processo de construção, onde o espaço não pode ser dividido ou apartado e as relações sociais são responsáveis pela produção deste espaço, assim não se separa nunca o espaço das relações sociais. Neste sentido, o autor chama a atenção através da presente citação:

> En los "abordajes territoriales" predominan los análisis de la dimensión económica y de la social, junto con una acepción de territorio como unidad geográfica determinada, casi siempre como

> un espacio de governancia. La definición de " territorio" por parte de órganos gubernamentales y agencias multilaterales no considera las conflictividades de los diferentes tipos de territórios contenidos en el "territorio" de un determinado proyecto de desarrollo territorial. Cuando se ignoran los distintos tipos de territórios se pierde la multiescalaridad, porque ellos están organizados en diversas escalas geográficas, desde la local hasta la internacional. En este caso, el concepto de territorio pasa a ser instrumentalizado para atender los intereses de instituciones y expresa su propiedad más inestimable: la relación de poder. Por esa razón, me parece que la multidimensionalidad está presente em el significado del concepto de territorio en muchos artículos y documentos, pero no se realiza porque implicaria en la socialización de las tomas de decisiones. Así también pues, la multiescaliridad no se utiliza porque significaría reconecer los territorios de diferentes clases sociales (FERNANDES, 2009, p. 35-66)

O estudo do território a partir da concepção de Fernandes (2009) contribui para análise das estratégias de uso e domínio do território utilizado pela Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará-FAEPA, através de sua regionalização, das principais atividades econômicas e das organizações e eventos patronais. Neste sentido, o conceito de território é utilizado como um instrumento de controle social para oprimir e subordinar as comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento das empresas multinacionais, ou seja, do agronegócio.

A construção do conceito de território associado ao debate político estabelece que as relações sociais e o espaço sejam inseparáveis, assim as relações de poder são evidentes no estudo da territorialidade que surge como uma categoria de reconhecimento de outros instrumentos de territorialização, seja através de uma instituição, organização ou categoria, estabelecida por meio de relações de poder. Desta forma, o termo territorialidade adiciona expressão referente à ampliação do conceito, destacando diferentes formas de poder e de uso do território.

De acordo com Marcelo Lopes de Souza (2003, p. 98-99), o significado da palavra territorialidade pode estar associado ao comportamento espaço-territorial de um grupo social, quando a referência é aprofundada nos estudos de Raffestin (1993) e Sack (1986). Neste sentido, Souza (2003, p. 99) destaca:

> A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, de acordo com o que se disse há pouco, relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmicas etc. ... para exemplificar, territórios contínuos e territórios descontínuos singulares são representantes de duas territorialidades distintas, contínua e descontinua. Seja como for, é óbvio que, ao falar de territorialidade, o que o autor deste artigo tem em mente é um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço.

Em seus pressupostos antropológicos Paul Little (2002) define a territorialidade a partir do "esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território". O mesmo autor enfatiza que "as condutas das territorialidades de um grupo social implicam que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos" (LITTLE, 2002).

A discussão a respeito da territorialidade envolve a conduta territorial que é parte integral de todos os grupos humanos. Este termo pode ser latente ou se manifesta, através de contingências históricas, ou seja, ondas de territorialização, sendo que sua expressão é múltipla e precisa ser estudada em sua particularidade.

O estudo da categoria acima é crucial para a compreensão da dinâmica fundiária no Estado do Pará que envolve grupos ou atores sociais que disputam o mesmo espaço, porém de forma desigual. Em meados de 1970

a disputa pela posse da terra acirrou-se trazendo consigo problemas sociais, envolvendo personagens e categorias diferentes.

Os problemas sociais oriundos da problemática fundiária não ocorreram no Estado do Pará de forma homogênea, pois as áreas limítrofes com o Estado do Maranhão (MA), Mato Grosso (MT) e o norte de Goiás (GO), atualmente Estado do Tocantins (TO), representam áreas de fronteiras em movimento, proporcionando conflitos significativos. Em outras regiões do Estado, a conflitualidade também se faz presente de forma latente ou não, como, por exemplo, na Região Nordeste, no Sudoeste e no Arquipélago de Marajó.

Emprestou-se o conceito de conflitualidade empregado por Bernardo Mançano Fernandes (2004, p. 1-4) em estudos referentes à questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Assim, o autor define o termo:

> La conflictualidad es un proceso constante alimentado por las contradicciones y desigualdades del capitalismo. El movimiento de la conflictualidad es paradojal al promover, concomitantemente, la territorialización – desterritorialización – reterritorialización de diferentes relaciones sociales. La realización de esos procesos geográficos generados por el conflicto es mejor comprendida cuando es analizada em sus temporalidades y espacialidades. Son procesos del desarrollo territorial rural formadores de diferentes organizaciones sociales....La conflictualidad es inherente al proceso de formación del capitalismo y del campesinato.

Neste sentido, Fernandes (2009, p. 339) concebem a conflitualidade como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento. Fernandes (2008), comenta que o conceito de conflitualidade tem como referências as seguintes questões:

> 1) a complexidade das relações sociais construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogêneos;
> 2) a historicidade e a espacialidade dos processos e conflitos sociais, dinamizadoras e não determinadas;

3) a construção política de uma perspectiva relacional das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes de reprodução social;
4) o reconhecimento da polarização regra-conflito como contradição em oposição à ordem e ao "consenso";
5) os efeitos da globalização da sociedade, da economia e dos espaços e territórios, marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtoras de desigualdades que ameaçam a consolidação da democracia.

Nesse processo, o estudo da regionalização da FAEPA, concentra esforços no debate do território do agronegócio no Estado do Pará, tendo como elementos chaves para compreensão desta problemática os conceitos e categorias utilizadas anteriormente, somados com a discussão das relações de poder estabelecidas pela categoria patronal sob outras territorialidades formadas por grupos ou atores sociais, visando o uso e domínio do território, de forma mais consistente a partir desta Federação.

No decorrer dos períodos históricos e fases econômicas presentes na história deste Estado, percebe-se as territorialidades em marcha, recebendo nomenclaturas diversas, na hegemonia ou na contra-hegemonia, acirrando a luta pela posse e uso do território. Bruno (1997, p. 4-5), menciona que os processos econômicos na agricultura passam por uma despersonalização crescente, enfatizando que a agroindústria aparentemente não tem sujeito. Sendo assim:

> É o capitalista coletivo que rege todo o processo. Antes, a figura do patrão era um componente da relação pessoal. Ele era o pai-patrão. Este personagem praticamente sumiu em meio às inúmeras cadeias produtivas e a uma certa dispersão da representação patronal (BRUNO, 1997, p. 4-5).

As mudanças ocorridas no espaço agrário paraense e, consequentemente, na cadeia de produção, a partir do fortalecimento da Federação estudada, possibilitam o incremento de meios de produção sofisticados para a utilização da monocultura, modificando o perfil dos

empregadores, que antes estabelecia uma relação mais próxima e pessoal, num contexto regional. O grande latifúndio empresarial, que segundo Costa (2000, p. 136-8):

> É um estabelecimento rural cujo uso ou não da terra e dos recursos naturais sob sua égide resulta de critérios empresariais e capitalistas. As decisões a ele inerentes são orientadas por rentabilidade média e custo de oportunidade de aplicação do capital equivalente, do que faz parte a análise sistemática entre possibilidades atuais e futuras... resulta de processos de apropriação definidos pelo poder econômico ou político de seus titulares e de estar fundamentado numa relação de propriedade que supõe a terra como fonte de riqueza: ou enquanto um meio de produção a ser acionado na obtenção de lucro operacional gerado no processo produtivo, ou enquanto forma de acesso a rendas, captadas no Brasil também por diversos e peculiares mecanismos manejados pelo Estado, entre os quais se destacam formas de concessão subsidiada de crédito e incentivos fiscais, enfim, o sentido capitalista da propriedade da terra, com as nuances que isso adquire no capitalismo autoritário brasileiro.

Parafraseando Bruno (1997, p. 5), esta tendência da despersonalização presente no modelo de sociedade brasileira, foi construído num emaranhado dos velhos processos e relações personalistas, possibilitando à agroindústria comportamentos díspares relacionados ao processo produtivo no que tange às práticas de dominação e até a suposta racionalidade empresarial conservando o domínio pessoal e recriando os vínculos de dependência nos contratos de integração, no crédito e na comercialização, e por outro lado, presenciaram-se novos padrões emergentes.

Não se pode descartar os privilégios da era informacional, empregada na sociedade contemporânea através das tecnologias, chegando aos latifúndios em consórcio com o capital financeiro industrial nacional e internacional, entretanto suas práticas reproduzem a improdutividade aliadas à violência e à impunidade contra trabalhadores rurais em suas múltiplas representações. Para Bruno (1997, p. 5):

> O próprio desenvolvimento econômico e o aguçamento da concorrência fizeram surgir novas e sofisticadas técnicas de gestão e de controle sobre os trabalhadores rurais, que se transformaram em poderosos meios de exploração e que aprofundaram e ampliam a subordinação.

Com base nos pressupostos discutidos por Bruno (1997), o patronato não mede esforços para manter-se hegemônico, através da concentração da propriedade e a utilização da violência. Seus oponentes, os trabalhadores rurais, são vítimas desta concentração.

Diante do contexto apresentado, a noção de território requer estudos a respeito de relações de poder e de conflitos de poder. Os conceitos apresentados destacaram que o território é o espaço onde as relações de poder e conflitos de poder se acirram, provocando nos atores envolvidos nesta relação, a sensação de perda de domínio. Sendo assim, empregamos o conceito de Arendt (2001, p. 36):

> O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está "no poder", na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo, do qual se originara o poder desde o começo (potestas in populo, sem um povo ou grupo não há poder), desaparece, "seu poder" também se esvanece.

Arendt enfatiza que algumas metáforas são utilizadas no senso comum para designar o termo poder, sendo atribuídos termos como: vigor, força, autoridade e violência. Os termos indicam os meios em função dos quais o homem domina o homem, desta forma são empregados como sinônimo, pois apresentam a mesma função. Entretanto, a autora abre uma discussão no que diz respeito à clareza dos conceitos utilizados no campo científico. Nesta perspectiva, o poder se diferencia radicalmente dos outros conceitos. Por exemplo: a distinção entre poder e vigor.

Este último se volta para uma realidade essencialmente individual, em atributo inerente a uma coisa ou a uma pessoa que pode ou não ser utilizado na relação com outros indivíduos, apresentando um caráter eminentemente particular, e pode oferecer sempre uma ameaça ao poder. A violência, outro termo que Arendt discute sendo inerente ao ato de "fazer", "fabricar", e "produzir" e, na sequência de sua exposição, identifica a violência com o ato de "matar", e "violar".

Para Raffestin (1993, p. 52-64), a palavra poder apresenta ambiguidade, a partir do momento que pode ser escrita de forma maiúscula (P) ou minúscula (p). Quando se apresenta de forma maiúscula, assume a concepção de Foucault (1976), equiparada a um conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado, fazendo-se presente a soberania do Estado. Entretanto, pretender que o Poder é o Estado significa mascarar o poder (p). O poder (p) se esconde atrás do Poder (P), afirmando a ambiguidade, pois o segundo é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. O segundo é perigoso e inquietante, inspira a desconfiança pela ameaça que representa, pois é visível, maciço e identificável. Desta forma, o poder é parte intrínseca de toda a relação.

Para Claval (1979, p.11), poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de fazer com que sejam realizadas por outros. Destaca que o poder se traduz nas relações de uma *forma pura* através de uma relação perfeitamente assimétrica, ou seja, aquele que ordena nada deve aos que dirige; *natural*, quando reconhece a natureza legítima da autoridade; *dos jogos de influência*, surgindo das relações em que cada um dá e recebe e *de dominação inconsciente*, quando a liberdade de alguns é reduzida sem que eles o percebam.

NÚCLEOS SINDICAIS DE PRODUTORES RURAIS

Desde a década de 1950 até meados dos anos de 1990, a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará-FAEPA atuou nos municípios de forma pulverizada e pontual. É de supor que o tipo de cobertura espacial estabelecida pelo patronato seguia a lógica de sindicatos localizados em municípios de referência, com representantes de áreas polarizadas pela sede. Esta estratégia se verificou ineficaz face ao movimento sindical de trabalhadores rurais que se fez representar em praticamente todos os municípios paraenses, com um sindicato em cada município (GUERRA, 2009).

A proposta de regionalização da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará-FAEPA surge a partir do VI Encontro Ruralista, realizado em Belém, no período de 07 e 08 de dezembro de 1996, durante o terceiro mandato do produtor rural Carlos Fernandes Xavier, em que as diversas lideranças do setor se manifestaram em prol do fortalecimento da representação do setor produtivo referente ao patronato rural, exigindo da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará-FAEPA um Plano de Política Agrícola – PPA, pois para essas lideranças, sem um plano, os esforços para valorizar o setor rural corria o risco de se diluir no emaranhado de desencontros e ações isoladas. Desta forma, o plano citado foi utilizado como estratégia deste setor para discutir seus problemas e necessidades e encaminhar para os órgãos competentes suas reivindicações.

De acordo com os estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2010), o Estado do Pará apresenta seis (6) mesorregiões e vinte e duas (22) microrregiões, compreendendo um total de cento e quarenta e quatro (144) municípios. A formação das Mesorregiões está ligada principalmente às semelhanças econômicas, sociais e políticas. As Microrregiões geoeconômicas consideram a estrutura produtiva de cada comunidade econômica.

A extensão territorial do Estado do Pará (1.252.164,5 km^2) dificultava a locomoção e a comunicação visando o pleno desenvolvimento das ações do

Sistema Faepa/Senar. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR criado pela Lei n.º 8.315 de 23 de dezembro de 1991, administrado pela Confederação Nacional da Agricultura-CNA, desenvolve atividades de formação profissional e de promoção social para o público representado pela Federação.

Para reduzir essas limitações, criou-se o Projeto de Descentralização das Ações do Sistema Faepa, por meio da criação de Núcleos Regionais a partir da aglutinação de Sindicatos com características e problemas semelhantes. Seguiu-se o critério de distribuição das Microrregiões geoeconômicas do Estado, objetivando reduzir significativamente os custos operacionais, estimular a participação dos sindicalizados, além de aproximar as ações da Federação dos anseios dos produtores rurais de cada região.

De acordo com as reivindicações apresentadas pelas lideranças do setor rural no VI Encontro Ruralista, a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará- FAEPA criou dez (10) Núcleos de sindicatos rurais paraenses. Cada núcleo, sob a responsabilidade de um coordenador, passou a englobar uma quantidade de municípios e a congregar os sindicatos da respectiva região. O primeiro núcleo a apresentar estatuto foi o Núcleo Rural de Tapajós, porém, o primeiro núcleo a ser instalado foi o de Marabá, em 1997, durante o Encontro Ruralista Regional (FAEPA, 2004. p. 58-59). Os Núcleos são apresentados no quadro 01, cobrindo os 144 municípios do Estado do Pará.

Quadro 1: Núcleos segundo a distribuição das microrregiões geoeconômicas do Estado do Pará utilizado pela FAEPA.

Núcleo	Sede	Municípios
Baixo Amazonas	Santarém	Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Mojui dos Campos, Óbidos, Oriximiná, Santarém e Terra Santa.
Região Bragantina	Capanema	Augusto Correa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Nova Timboteua, Ourém, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Vizeu.

Região da Transamazônica	Altamira	Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajás, Placas, Prainha, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.
Região Guajarina	Castanhal	Bujaru, Castanhal, Colares, Concórdia do Pará, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará, São Domingos do Capim, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia.
Região do Marajó	Belém	Abaetetuba, Acará, Afuá, Anajás, Ananindeua, Bagre, Barcarena, Belém, Benevides, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Marituba, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Porto de Moz, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.
Região do Tocantins	Tucurui	Baião, Breu Branco, Cametá, Goianésia do Pará, Mocajuba, Moju, Novo Repartimento, Tailândia e Tucurui.
Nordeste Paraense	Paragominas	Aurora do Pará, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Paragominas, Rondon do Pará, São Miguel do Guamá, Tomé-Açu e Ulianópolis.
Região do Tapajós	Itaituba	Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.
Região de Carajás	Marabá	Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Parauapebas, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia.
Região Sul do Pará	Redenção	Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Feliz do Xingu, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia, Tucumã e Xinguara.

Fonte: FAEPA (2004). Adaptado por AFSJ.

A organização dos Núcleos demonstra a preocupação da Federação em cobrir a área de todo o Estado do Pará com a representação patronal rural através dos sindicatos por municípios, deixando clara a jurisdição orgânica de cada um destes núcleos.

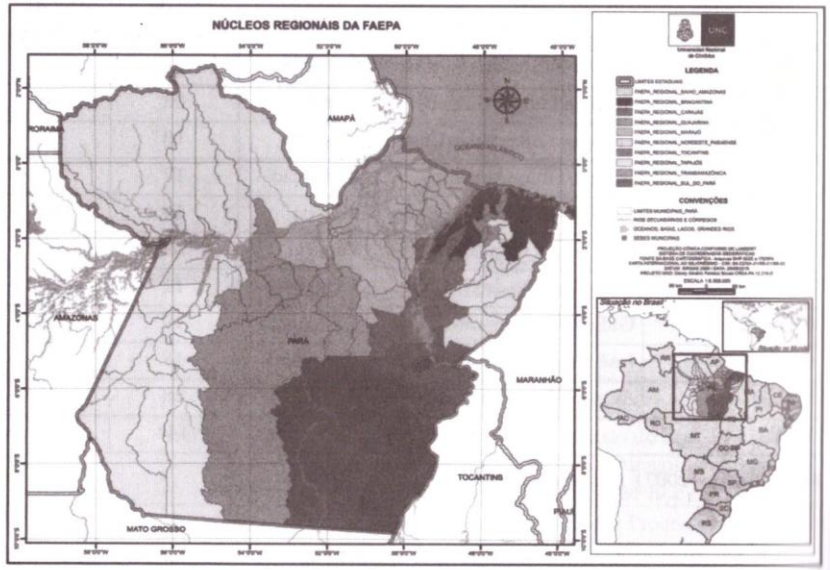
Quadro 2: Regionalização em Núcleos segundo a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA.

Núcleo	Coordenador	Sede	N° de Municípios	N° de Sindicatos
Baixo Amazonas	Adinor Batista dos Santos	Santarém	12	10
Tapajós	Antônia Lemos Gurgel	Itaituba	06	06
Transamazônica	Francisco Alberto de Castro	Altamira	10	09
Sul do Pará	Jardam Timo Carvalho	Redenção	17	13
Carajás	Antônio Miranda Sobrinho	Marabá	14	14
Tocantins	Jahir Seixas Gonçalves	Tucurui	09	09
Nordeste Paraense	Luiz Carneiro de Oliveira	Paragominas	11	11
Guajarina	Gilberto Nascimento Brito	Castanhal	19	15
Bragantina	José Nelson de Araújo	Capanema	18	13
Marajó	Antônio Francisco de Araújo	Belém	28	28
Total			144	128

Fonte: Faepa (2007). Adaptado por AFSJ.

A totalização dos municípios inseridos nos Núcleos criados pela Federação corresponde ao total de municípios do Estado do Pará (144). Segundo esta forma de organização todos os municípios do Estado possuem vínculo com a Federação, através dos núcleos, diferente da organização via os sindicatos que exclui dezesseis (16) municípios: Abaetetuba, Bannach, Bujaru, Cachoeira do Piriá, Curralinho, Curuá, Inhangapi, Marituba, Melgaço, Mojui dos Campos, Oeiras do Pará, Salinópolis, Santa Maria do Pará, Santa Luzia do Pará, São João de Pirabas e Vitória do Xingu. Atualmente os Núcleos estão organizados de acordo com o **quadro 02**, que informa a coordenação, sede, número de Municípios e Sindicatos.

Figura 1: Núcleos Regionais da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA



Fonte: FAEPA (2007).

A Figura 01 mostra a regionalização da Federação e sua cobertura em todo o território estadual, configuração completamente diferente daquela demonstrada em décadas anteriores. O patronato rural ganha uma visibilidade diferenciada, o que se confirma se considerados os aspectos efetivos da organização.

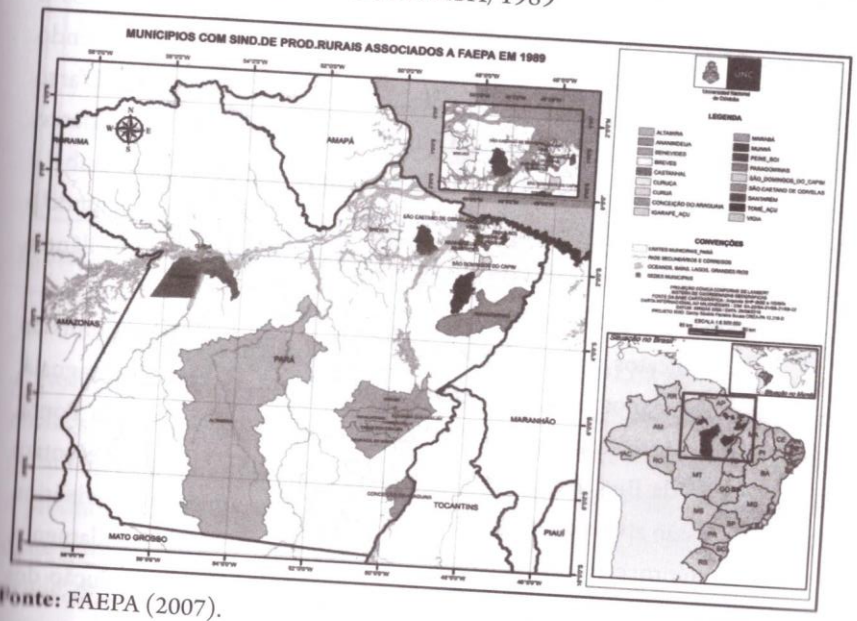
SINDICATOS DE PRODUTORES RURAIS

A história dos sindicatos patronais antecede a discussão a respeito dos núcleos sindicais. A origem destes se dá em função do acréscimo de sindicatos junto à Federação e da necessidade de dar organicidade à entidade, sistematizando os problemas por identidade regional e de proximidade

geográfica. Esta regionalização e organicidade ocorrem conforme modelo adotado anteriormente pelos sindicatos de trabalhadores rurais, oponentes dos sindicatos patronais. Para a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará-FAEPA, o sindicato patronal rural é uma associação constituída na forma da lei, classificada como associação de primeiro grau, que reúne produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, para estudo, defesa e coordenação dos interesses dos associados, conforme esteja previsto em seu estatuto.

De acordo com os estudos realizados por Guerra (1999) sobre as diretorias desta Federação, até o ano de 1989, apenas dezessete (17) sindicatos de produtores rurais estavam filiados à entidade: Altamira, Ananindeua, Benevides, Breves, Castanhal, Conceição do Araguaia, Curuçá, Igarapé-Açú, Marabá, Muaná, Paragominas, Peixe-Boi, Santarém, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, Tomé-Açú e Vigia, (Figura 02).

Figura 2: Sindicatos Associados à FAEPA/1989



Fonte: FAEPA (2007).

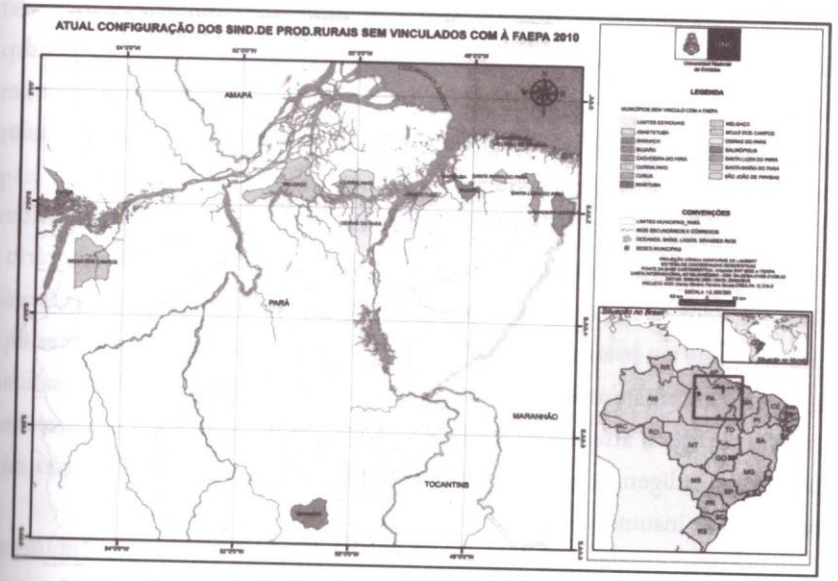
A partir da presidência do produtor rural Carlos Fernandes Xavier (1989), houve um acréscimo significativo de sindicatos junto a esta entidade. Vale ressaltar que as organizações e eventos patronais no Estado do Pará tornaram-se cruciais para agregar novos sindicatos, além das diretrizes conduzidas pela nova diretoria, fortalecendo a política de sindicalização entre os municípios, invertendo a situação do inicio de 1989. Atualmente (2015), a Federação congrega cerca de cento e trinta e cinco (135) sindicatos.

Faz-se necessário lembrar que o Sindicato dos Aquicultores do Estado do Pará- SINAQUIC, Sindicato dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Pará-SINDCCOPA, Sindicato dos Produtores de Palmáceas Econômicas do Estado do Pará-SINDPALMA, Sindicato Paraense da Pecuária de Corte-SINDCORTE e o Sindicato dos Criadores de Peixes Ornamentais e de Consumo, de Animais Terráreos, de Animais, Ornamentos, Aves, Répteis, Batráquios e Anfíbios para ornamento e consumo de plantas ornamentais, medicinais e ervas do Estado do Pará-SINDIFAUNA estão associados à Federação e possuem sede na capital do Estado e em Ananindeua, sendo incluídos no Núcleo do Marajó. O Sindicato Rural de Redenção, Pau D'arco e Cumaru do Norte cobre os três (03) municípios, com um único presidente, com sede em Redenção. Os sindicatos de produtores rurais de Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá possuem uma única sede em Santa Izabel. Seguindo o modelo anterior, os sindicatos de produtores rurais de Tucumã e Ourilândia do Norte, têm sede em Tucumã.

Os sindicatos de produtores rurais que apresentavam Comissão Provisória até meados de 2007, a exemplo de Belterra, Floresta do Araguaia, Limoeiro do Ajuru, Marapanim, Moju, Porto de Moz, São João da Ponta, São Sebastião da Boa Vista e Tracuateua (FAEPA, 2007), hoje apresentam diretorias e estão ativos com a federação, ou seja, deixaram de ser provisórios, indicando o processo de construção de representação em andamento. De acordo com o contexto acima, a **Figura 03** espacializa a evolução dos sindicatos patronais desde 1989 até 2010.

A Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará-FAEPA tem desmembradas as regionais do Baixo Amazonas e Tapajós. O fato é que ambas cobrem todo o oeste do Estado do Pará e têm estrutura de representação territorial semelhantes.

Figura 3: Atual configuração dos Sindicatos de Produtores Rurais vinculados à FAEPA



Fonte: FAEPA (2007).

A leitura dos mapas representados nas figuras 01,02 e 03 demonstra a evolução da territorialização dos sindicatos de produtores rurais. Os núcleos sindicais localizados em cidades de grande porte no âmbito estadual permitem uma cobertura sindical em todo o território paraense, fortalecendo o produtor rural e o agronegócio. Neste sentido, as atividades econômicas deste setor são fortalecidas a exemplo da produção de soja, da produção de dendê, da produção bubalina e bovina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que, para dar segmento ao desenvolvimento deste estudo, os subsídios teóricos apresentados contribuem para a reflexão acerca da regionalização apresentada pela Federação estudada, pois esta forma de organização do espaço que inclui núcleos sindicais e sindicatos patronais são estratégias de domínio e uso do território conduzido pelo agronegócio. A mudança no perfil das classes dominantes no país e principalmente no Estado do Pará, saindo de grupos familiares para empresas cuja representação se caracteriza pela impessoalidade, não altera a natureza de violência praticada para impor a lógica do capital: o lucro.

A demonstração da territorialidade das organizações patronais tende a se equiparar com as outras territorialidades presentes no espaço agrário paraense, como a dos camponeses expressa pelos sindicatos de trabalhadores rurais, no que tange ao uso e domínio do território. Para os representantes do agronegócio as maiores dificuldades encontradas giram em torno dos desafios da infraestrutura, atraso no uso da biotecnologia, socioambiental, questões fundiárias, indígenas, quilombolas, valorização cambial e concentração de mercados de insumos e da agroindústria.

O uso da violência é frequente contra as lideranças que representam as outras territorialidades, sejam elas católicas, sindicais ou profissionais liberais. A grilagem de terras, a extração de madeiras e os assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais fazem parte do cotidiano das famílias inseridas na dinâmica fundiária.

Utilização da monocultura mecanizada pelo patronato rural, representado pelo grande latifundiário empresarial (nacional e internacional) e produtores rurais (regionais e locais), vem ocasionando problemas com relação à permanência do trabalhador rural em seus lotes, consequentemente, aumentando a dependência dos mesmos diante dos donos dos meios de produção, pois a monocultura utilizada pela agroindústria necessita de áreas

extensas para desenvolver as culturas que servem de matéria prima.

A rigor, o discurso da Federação que representa essas categorias, volta-se para o desenvolvimento do Estado, aumento do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, políticas que possam resolver os problemas como a reforma agrária, infraestrutura para o campo e capacitação do homem rural. Entende-se que para efetivação deste discurso é preciso, a priori, a redistribuição de terras e políticas públicas que possam assistir o trabalhador rural, medidas que não são aceitas pelo patronato, pois reforma agrária para a Federação é a mecanização do campo e não a melhoria das condições de vida da população rural, traduzida pela distribuição de terras com políticas públicas voltadas para atender às necessidades básicas como educação, saúde, transporte e comunicação.

As outras territorialidades representadas pelos trabalhadores rurais em suas diversas representações, os grupos indígenas, os remanescentes quilombolas, e demais atores ou grupos sociais presentes no espaço rural, não se encontram estáticos diante desta situação. Estão mobilizados em associações, sindicatos e outros, lutando para adquirir a posse da terra e diminuir as desigualdades advindas do agronegócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, H. **Poder e violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

BRUNO, R. **Senhores da terra, senhores da guerra:** a nova fase política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRRJ, 1997.

CLAVAL, P. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A,1979.

COSTA, R. H. da. **O mito da desterritorialização:** do "fim do território" à multiterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COSTA, F. de A. **Formação agropecuária da Amazônia:** os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ. **Sistema Sindical**. Disponível em: <http://www.faepanet.com.br>. Acesso em: 8 mai. 2007.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ. **I Grito da Produção.** Disponível em: <http://www.faepanet.com.br>. Acesso em: 13 jun. 2004.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ. **Entrevista na Biblioteca e no Serviço Sindical**. 2004.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ. **Mérito Agropecuário de 2007**. Belém, 2007.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (ed.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. Territorio, teoria y politica. In: VELÁSQUEZ, F. L.; MEDINA, J. G. F. **Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI.** Ed. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

GUERRA, G. A. D. Sindicatos patronais x sindicatos de trabalhadores rurais do Pará: novas estratégias de representação política. Fragmentos de cultura (Goiânia), GOIANIA, v. 9, n. p. 1409-1427, 1999.

_____. Organizações rurais e camponesas no Estado do Pará. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de.; PAULILO, M. I. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009, v. 1, p. 117-138.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mesorregiões e microrregiões paraenses**. Belém: IBGE, 2010.

LEFEBVRE, H. **La production de l' espace**. Paris: Anthropos, 1984.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SACK, R. **Human Territoriality**: Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** razão e emoção, técnica, tempo. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.